

# CONTRIBUIÇÕES PSICOLÓGICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM COMBATE ÀS DESIGUALDADES RACIAIS

Izabelle Bonatto Teixeira<sup>1</sup>, Kessy Anne Timm<sup>1</sup>, Matheus Vieira da Silva<sup>1</sup>

Layara Mota Gerhardt<sup>2</sup>

1- Acadêmico do curso de Psicologia

2- Especialista em Psicologia Clínica Comportamental – Professor Multivix –  
Nova Venécia

## RESUMO

O tema proposto para esse trabalho trata de forma abrangente a discriminação racial e suas facetas. Tema este, que perdura e vem se arrastando por séculos, intitulado divisões e determinando a forma como será o convívio social entre as classes. O objetivo proposto através desse trabalho é levantar dados e sugestões sobre a maneira que pode ser incluído o psicólogo nas políticas públicas, e como através dele pode ser desmistificado todo esse contexto histórico de desigualdade, proporcionando autoconhecimento e crescimento tanto de forma individual, quanto coletiva, trazendo melhora nas interações sociais e quebra de preconceito advindo de premissa histórica. O presente trabalho se trata de uma revisão bibliográfica buscando a inclusão da psicologia no tema já descrito como forma de manutenção da saúde e diminuição do racismo, visto que é algo tão naturalizado nos dias atuais. Buscou-se de forma sutil, investigar se em determinadas situações a forma com que é descrito e intitulado como práticas antirracistas, não se tratam realmente de um racismo camuflado em 'boas intenções' que escondem práticas de meritocracia impostas pelo capitalismo. O conhecimento a respeito da desigualdade social traz consigo a compreensão da necessidade do combate do mesmo, princípio este, que buscamos através deste trabalho. Infelizmente, se pode constatar que o racismo é algo que está nas raízes históricas da sociedade e traz inúmeras consequências negativas, o desafio através disto, é que se possam formar novas gerações com consciência e respeito que se preocupem e se dediquem na busca pela mudança que a sociedade tanto precisa.

Palavras Chave: População negra; Racismo; Políticas públicas; Psicologia.

## INTRODUÇÃO

O racismo é algo presente nas relações humanas há vários séculos. Anos e anos se passaram e este fato social ainda continua determinando os modos de convívio entre as pessoas. E Silva *et al.*, (2020, acesso em 22 de abr. 2021) afirmam que há várias formas de racismo, variando de aberto e agressivo a instituído e estrutural. Sobre o primeiro mencionado, era utilizado na época da escravidão em que as pessoas não escondiam seu preconceito racial com a população negra. Enquanto que, o segundo é uma forma mais sutil do racismo,

se modificou e se adaptou para que se tornasse menos perceptível e mais difícil de distinguir.

Conforme afirma Passos (2012 *apud* E SILVA *et al.*, 2020, p. 2, acesso em 22 de abr. 2021), "o racismo é um fenômeno social, ideológico e histórico" e também pode-se dizer que é velado, devido ao tempo que instaurou-se nas relações cotidianas e contribui para o sistema instigar as desigualdades raciais.

Nesse sentido, a psicologia adentra aos estudos voltados para o cotidiano das relações sociais de determinados grupos, contribuindo com produções e projetos acadêmicos, estudos sociais sobre racismo e desigualdade racial (SCHUCMAN; MARTINS, 2017, acesso em 23 de abr. 2021).

É de fundamental importância a atuação dos profissionais da área em centros de intervenção como o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e o Instituto AMMA Psique e Negritude, ambos com funções de desmistificar preconceitos raciais e contribuir para o desenvolver da igualdade racial com projetos de identificação, elaboração e desconstrução do racismo com profissionais como psicólogos, sociólogos e assistentes sociais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017, acesso em 04 de abr. 2021).

O racismo contribui para o adoecimento psíquico e colabora para a baixa autoestima de indivíduos considerados "diferentes" na sociedade, ou seja, a população negra. O Conselho Federal de Psicologia ainda levanta dialéticas sobre a importância da conscientização do racismo na psicologia, sendo ele considerado estudo das ciências sociais, no qual, a psicologia, atuando juntamente com as políticas públicas se enquadra.

A psicologia, assim como o presente estudo, se interessa pelo combate das desigualdades raciais derivadas do racismo velado, perpassado ao longo das gerações e na desmistificação de falácias sobre a população negra, contribuindo com informação sobre a causa negra. Isso porque a psicologia se interessa pelo bem estar da população de modo geral e, nesse caso, o racismo provoca justamente o contrário, causam danos às vítimas e contribui para segregar ainda mais as classes.

Analisar as relações sociais existentes no Brasil, apontando desigualdades entre raças através da perpetuação das informações sobre o assunto. Mostrar que o sistema opressor ainda encontra-se presente nessas relações, contribuindo para tais desigualdades, fomentando a intolerância com aspectos derivados da população negra (SILVA, 2020, acesso em 15 de maio 2021).

Sendo assim, o trabalho contribui com o acesso à informação e com o despertar de pessoas alienadas em relação ao racismo na sociedade brasileira, tido como inexistente em suas interações, combatendo a desigualdade racial juntamente com ações da psicologia vinculadas às políticas públicas, fornecendo acolhimento e informação respeitando as diretrizes da ética e direitos humanos de cada cidadão.

O número de negros desempregados no Brasil é uma quantidade significativa, o suficiente para causar alarme. A desigualdade racial é algo nítido e camuflado pelo manto da meritocracia. Eles ocupam cargos com baixas remunerações e prestígio social, além da falta de acesso à educação (IBGE, 2017; IBGE, 2018 *apud* SILVA, 2020, acesso em 15 de maio 2021).

Pontos como esses, criam questionamentos sobre a existência (mesmo que na atualidade) da segregação racial. Com o avançar da globalização e conectividade entre as pessoas através do acesso à internet, a perplexidade toma seu espaço com o fato de ainda haver relações humanas empobrecidas devido ao racismo. No século em que se encontra a sociedade, a indignação invade os sentimentos de vítimas da opressão imposta pela desigualdade racial, pois, com o avançar tecnológico e acesso às informações, espera-se justamente relações humanas mais harmônicas e empáticas.

Portanto, muitas são as questões sem respostas: O que causa a desigualdade racial? O profissional de psicologia tem aparato metodológico suficiente para dar conta de tal demanda? O que se pode fazer para combater tais desigualdades? De que forma intervir? São perguntas como essas que necessitam serem sanadas para estimular a população a refletir sobre a atual condição da população negra comparada à branca, como leis que julgam ser

designadas para os direitos de igualdade, escondem uma forma de preconceito sob a constatação de que são para inserir melhorias e unida a todo esse propósito, conseqüentemente, minimizar o avançar da opressão sobre as pessoas negras em uma sociedade dita não racista.

Dessa forma, o objetivo aqui é levantar informações através de artigos científicos e pesquisas bibliográficas sobre a contribuição do profissional de psicologia nas políticas públicas em combate às desigualdades raciais e utilizá-los para dar fundamentação teórica ao desenvolvimento deste trabalho. Analisar a relação entre racismo e desigualdade racial e no que contribui para a exclusão e segregação das classes; investigar a história do racismo; averiguar em, como o longo período de escravidão contribuiu para a situação atual da população negra; contribuir para a conscientização das massas com informações coletadas e analisadas sobre a história do racismo e sua consequência no cotidiano da população brasileira; Descrever como a psicologia, junto às políticas públicas, pode contribuir para a amenização das desigualdades e exclusões.

A atuação do profissional de psicologia em instituições que executam as políticas públicas, combatendo às desigualdades raciais, contribui para o crescimento e autoconhecimento individual e social nas relações. A psicologia pode ajudar as pessoas a transcenderem e deixarem o preconceito de lado para melhorar a interação social e inclusão de membros tidos como não pertencentes a determinadas classes sociais.

Ao identificar de onde e como surgiram as desigualdades raciais, os profissionais podem amenizar a rigidez do sistema opressor, desvelando o racismo e desmistificando a ideologia da meritocracia.

A metodologia do presente trabalho desenvolve-se por meio de pesquisas bibliográficas, com buscas pela internet em sites científicos como SciELO e Google Acadêmico para levantamento de material suficiente e necessário para a construção do trabalho de cunho exploratório.

O conhecimento científico é importante para a pesquisa, pois conforme define Praça (2015) se relaciona com o caminho de estudo e as etapas a serem percorridas. Sua descrição é mais bem exemplificada a seguir:

O conhecimento científico obtido no processo metodológico tem como finalidade, na maioria das vezes, explicar e discutir um fenômeno baseado na verificação de uma ou mais hipóteses. Sendo assim, está diretamente vinculado a questões específicas na qual trata de explicá-las e relacioná-las com outros fatos. (PRAÇA, 2015, p. 73, acesso em 24 de set. 2021).

Outro ponto a ser observado na metodologia de pesquisa são as vertentes quantitativas e qualitativas, elas são utilizadas “em ordem de alcançar os objetivos propostos, produzindo resultados que podem confirmar ou negar as hipóteses lançadas.” (PRAÇA, 2015, p. 81, acesso em 24 de set. 2021). A natureza deste denomina-se indutiva e qualitativa, pois requer explorar as variadas e vastas informações disponíveis e, com isso, descrever de forma qualitativa a vivência da população negra.

Os métodos qualitativos descrevem uma relação entre o objetivo e os resultados que não podem ser interpretadas através de números, nomeando-se como uma pesquisa descritiva. Todas as interpretações dos fenômenos são analisadas indutivamente (FERNANDES, 2009 *apud* PRAÇA, 2015, p. 81, acesso em 24 de set. 2021).

Trata-se de uma pesquisa básica e exploratória, pois se baseia na busca de informações, levantamento de hipóteses e dados para aprofundamento do estudo, além de proporcionar familiaridade com o tema estudado (GIL, 2002, acesso em 22 de maio 2021).

O presente trabalho foi elaborado com 10 de 300.000 artigos disponibilizados pelos sites mencionados anteriormente, além do próprio Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia e o livro sobre metodologia. O tema, por ser muito abrangente, foi delimitado. Ações como, levantamento bibliográfico; delimitação do tema; leitura dos artigos; organização de ideias a serem explanadas e redigir os assuntos selecionados, foram necessários para construção do trabalho. Além desses passos utilizados para tal desenvolvimento, foi fundamental utilizar palavras chaves para encontrar as obras que abordavam o tema, que são: “Racismo”, “Desigualdade Racial”, “Segregação Racial”, “Psicologia” e “Políticas Públicas” (GIL, 2002, acesso em 22 de maio 2021).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **RACISMO**

O racismo é um tema muito importante e debatido na atualidade, trouxe consigo histórias memoráveis para o cotidiano da população e ainda é possível perceber seu enraizamento nas relações humanas. O racismo pode ser identificado pela verbalização ofensiva direcionada para com um indivíduo ou grupo constituído por pessoas negras. Uma forma diretiva do racismo utilizada como “ataque”, trata-se da prática com o intuito de oprimir o outro, utilizando para tal feito, a própria raça (PASSOS, 2012 *apud* E SILVA *et al.*, 2020, acesso em 22 de abr. 2021).

O conceito de raça é definido por Schucman e Martins (2017, acesso em 23 de abril 2021) como algo não concreto dentro das ciências humanas, sociais e biológicas. A raça é um termo difícil de ser mensurado, isso se dá pela falta de regra precisa em relação à descendência racial no Brasil, tal qual, como acontece nos Estados Unidos (GUIMARÃES, 2005 *apud* SCHUCMAN; MARTINS, 2017, acesso em 23 de abr. 2021).

A raça é uma temática a ser debatida, pois, é possível compreender seu enfoque no biológico e no social, uma categoria tanto do mundo real quanto cientificamente falando. Ela é também, podendo assim dizer, histórica, pelo que carrega consigo e ao grupo pertencente. Portanto, é um ramo das ciências sociais, que trata das subjetividades e identidades sociais. Espinha (2017, p. 60, acesso em 03 de abr. 2021) traz o seguinte argumento;

O conceito de raça, ao longo da história, foi sendo ressignificado e renegociado. Além de sua suposta definição biológica, Schwarcz (1993) menciona que o conceito passou a ser considerado a partir de uma interpretação social e se distanciou de uma concepção encerrada e natural. O termo raça foi utilizado pela primeira vez no século XV pela zoologia e botânica para classificar plantas. Já no latim medieval, raça era entendida como sinônimo de descendência, ou seja, grupo de pessoas com um ancestral comum (MUNANGA, 2004). A concepção de raça que deu início às teorias raciais, legitimadas pela ciência no século XIX, utilizava também o método de classificação e, posteriormente, de hierarquização e tais práticas foram realizadas, inicialmente, na ocasião das explorações dos europeus a outros continentes.

O racismo é consequência e também colaborador de atitudes que promovem algo de grande impacto na sociedade, como a segregação racial, sendo ela, uma forma de contribuir para a desigualdade racial de determinado grupo étnico. A segregação das raças era muito naturalizada e tida como uma

forma de hierarquizar a população na época da escravidão. Sendo pertencente a esse grupo: os negros, pardos, mestiços, indígenas e etc. Desse modo, eram colocados em apenas uma nomenclatura, sendo assim, essa “minoría” era tida como escória da sociedade (SILVA, 2020, acesso em 15 de maio 2021).

Jesus (2005 *apud* E SILVA *et al.*, 2020, acesso em 22 de abr. 2021) afirma que a escravidão tem origem pré-histórica e era uma prática muito lucrativa para os reis ou governadores. Através da exploração da mão de obra de pessoas negras, eles obtinham sua renda e mantinham o “negócio” por gerações, coagindo os negros a trabalharem para se manterem, fazendo-os acreditar que sua lealdade era devota aos seus “mestres” por fazerem parte de uma cultura étnica tida como inferior à branca.

Jesus (2005 *apud* E SILVA *et al.*, 2020, acesso em 22 de abr. 2021) ainda afirma que, com o decreto da Lei Áurea em 1888, as formas exploratórias de trabalho cessaram, dando lugar ao trabalho formal, onde as pessoas negras recebiam pela sua mão de obra. Um cenário diferente do que a população estava acostumada a ver, em que pessoas negras eram vistas apenas como mercadorias e ferramentas de trabalho e, em caso de “inutilidade”, o descarte era algo a ser temido por eles.

Depois da reverberação da nova lei em 1888, escravos deixaram de sofrer castigos severos por desobediência, tentativa de fuga ou rebelar-se contra o modo como eram tratados. Ferreira (2005 *apud* E SILVA *et al.*, 2020, acesso em 22 de abr. 2021) explica que os castigos que os reis/governantes submetiam as pessoas negras era uma forma de redenção, ou seja, não desafiarem as ordens impostas a eles novamente.

Há muito tempo esse debate era refutado pelo discurso ideológico e biologizante em que a população negra é inferior devido à sua genética. Esse argumento foi se declinando com o tempo e dando espaço para estudos sociais sobre o tema. Espinha (2017, p. 63, acesso em 03 de abr. 2021) debate a questão, citando Munanga (2004)

Vale enfatizar que os estudiosos hierarquizavam as raças ao relacionar o biológico com qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Dessa forma, os indivíduos da raça branca foram declarados

superiores aos das raças negra e amarela, por suas características (a cor clara da pele, o formato do crânio, a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc.). Segundo esse pensamento, os indivíduos brancos eram mais bonitos, inteligentes, honestos e inventivos. Eram considerados mais aptos a dominar outras raças, em especial, a negra, que era considerada estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. Essa classificação das raças em hierarquias deu origem a uma teoria (pseudo) científica denominada racilogia. Com o tempo, essa teoria saiu do círculo científico e se espalhou nos tecidos sociais das sociedades ocidentais dominantes.

Atualmente o racismo ainda é presente nas relações, como a autora havia dito. Traços negroides foram e ainda são tidos como algo “estranho”, “esquisito”, “exagerado” pela sociedade. Quando as características de um indivíduo são usadas contra si ou determinado grupo, é perceptível o abalo psicológico causado a determinada população. Para Silva (2005 *apud* E SILVA *et al.*, 2020, acesso em 22 de abr. 2021) todo esse sofrimento causado pelo preconceito racial em que a população negra é submetida é um problema de saúde pública.

Isso se intensifica quando uma parcela da população classificada como parte do grupo “minorias”, é tratada desigualmente perante as normas da sociedade. Mata e Santos (2015, acesso em 23 de mar. 2021) afirmam que, ao conceituarem o preconceito racial pela visão psicossocial dos psicólogos Moreira Leite e Allport, perceberam como se deu seu desenvolvimento e a formação das hierarquias e, conseqüentemente, as desigualdades raciais instaladas pelas diferenças físicas, o que foi naturalizado e inferiorizado pelas autoridades que detêm o poder e influência.

Tal naturalização também é reforçada em instituições aparentemente protegidas pelo direito, como exemplo, as empresas. O racismo indireto ou institucional é uma forma “mascarada” de refutar a hierarquia racial presente na sociedade, ele atua no nível das instituições sociais. De modo que, opera de acordo com a norma, seguindo os preceitos burocráticos, promovendo diferenciação entre serviços, benefícios e oportunidades a grupos raciais (GOMES, 2000, GUIMARÃES, 2005 *apud* JACCOUD; OSÓRIO; SOARES, 2008, acesso em 20 de set. 2021). Em uma entrevista de emprego, por exemplo, membros de determinada raça podem obter privilégios perante outra devido a sua condição fenotípica, conseqüentemente, não conseguir a vaga devido a sua



descendência, levando em consideração como desqualificação profissional alguns traços característicos (cor, cabelo, boca, nariz, etc...). Podendo citar, os cabelos crespos/cacheados e volumosos em que dadas empresas excluem de forma burocrática tais indivíduos com essa característica. Espinha (2017, p. 94, acesso em 03 de abr. 2021) cauciona da seguinte maneira:

No racismo institucional, as instituições, tanto públicas como privadas, reproduzem o que está posto nas relações sociais. A exemplo disso, a revista do CRP SP-06 (2014) cita o genocídio da juventude negra que é marginalizada e criminalizada pela Polícia Militar de São Paulo. Os entrevistados dessa edição – Márcio Farias e Marisa Feffermann – refletem como a Polícia Militar tem um histórico relacionado ao combate do elemento africano escravizado, tanto nas manifestações de samba, candomblé e capoeira, quanto, atualmente, no genocídio, legitimado pela lógica da população descartável: por conta do desemprego, os jovens negros não consomem e nem produzem, o encarceramento aumenta, com isso, as mortes se “justificam”. No exemplo citado, a ideia do negro estar associado à criminalidade é, mais uma vez, legitimada institucionalmente.

O argumento biologizante foi se declinando com o tempo, as hierarquias foram deixadas de serem nítidas para camuflar-se pela imagem da meritocracia, esse tema foi sendo objeto de estudo para as ciências sociais. Racismo foi se resignificando e se tornando algo de cunho social, no entanto, há muito a se estudar ainda e trabalhar para melhor desenvoltura das relações humanas.

#### DESIGUALDADE RACIAL

O racismo entendido como uma ideologia de segregação e opressão utilizando a raça tem-se por consequência a discriminação racial. Ela por sua vez, tem o enfoque na atitude das pessoas, além do intuito de separar grupos utilizando como modelo a hierarquização das raças dominantes, sendo assim, é umas das formas mais frequentes de se ocorrer a segregação, inibindo o direito de ir e vir do cidadão negro (OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES, 2009 *apud* E SILVA *et al.*, 2020, acesso em 22 de abr. 2021).

A desigualdade racial é reflexo do longo período de escravidão (350 anos), e durante seus 500 anos de história, o país foi confundido com a história escravocrata em que a população negra foi submetida. O Brasil possui relações moldadas por um sistema opressor, chegando a conclusão de que o racismo é tão presente e de forma velada que, negros e brancos quando “colocados na balança”, a desigualdade é nítida, oportunidade de emprego e crescimento

enquanto ser humano na sociedade são deficitários pelo racismo sofrido por esse grupo (SANTOS, 2005 *apud* E SILVA *et al.*, 2020, acesso em 22 de abr. 2021).

No Brasil é possível observar os embates cabíveis de análise, isso se deve às relações raciais constituídas de um processo sócio histórico, engendrado através de ideologias de uma classe branca e interracializada que dissemina o mito da igualdade racial entre a população, sendo assim, na sociedade as minorias “não sofrem” com os efeitos da desigualdade racial e com a discriminação da mesma forma que na época da escravidão no que tange às crenças desse mito (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 377 *apud* JESUS; SANTANA; CASTELAR, 2020, acesso em 23 de mar. 2021).

A igualdade racial, além de ser uma grande falácia, provoca e cria pessoas alienadas que contribuem para o crescimento desse mito, dificultando a quebra do racismo na sociedade e prorrogando o bem estar e direito de cidadão da pessoa negra. Jesus, Santana e Castelar (2020, acesso em 23 de mar. 2021) salientam que, após a regulamentação da Lei Áurea em 1888, a população negra e branca, teoricamente, passaram a obter os mesmos direitos, ou seja, direito à moradia, lazer, educação e saúde. Porém, esse discurso de “igualdade para todos” se impregnou no âmago das relações sociais, camuflando as desigualdades sofridas por pessoas negras nos dias atuais.

Silva (2017, acesso em 30 de mar. 2021) relembra a sanção do Estatuto da Igualdade Racial – Lei n 12.288/2010, realizada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que tem como principal objetivo abonar os direitos de igualdade da população negra, sendo individuais ou coletivos, ao mesmo tempo em que auxilia no combate à discriminação ou intolerância contra esse público. Este autor também aponta outra lei sancionada para garantir o acesso ao ensino superior por pessoas pobres e negras, a “Lei de Cotas”, regulamentada em agosto de 2012, é a lei 12.711, atua na democratização dos direitos da população autodeclarada pretos, pardos e indígenas. Essa lei assegura vagas em instituições públicas e privadas de ensino superior, “driblando” a desigualdade do público jovem ao tentar adentrar no ensino superior.

Em tese, os direitos da população negra deveriam ser assegurados pelo Estado, no entanto, há uma forma existente de racismo de se contrapor a essas diretrizes e dificilmente será identificado, caso não haja denúncias que caminhem contra esse tipo, sendo ele, o Racismo Institucional. De acordo com Espinha (2017, acesso em 03 de abr. 2021), o Estado possui essas falhas em contribuir para a igualdade social e racial entre as raças, isso faz com que determinados grupos vivam em condições desfavoráveis dificultando o acesso a serviços e bens. A autora, ainda afirma que, as práticas que contribuem com o racismo institucional em locais públicos ou privados estão dentre as piores formas de violação dos direitos da população negra do país.

Há tratamentos desiguais no quesito esporte, lazer, educação, segurança pública, trabalho e meios de comunicação, no entanto, isso é negado quando a pauta sobre racismo institucional é levantada. A forma como dada atitude se justifica, é passível a compreensão da existência da institucionalização do racismo. Sendo ele, difícil de ser mensurado, pois, dificilmente é percebido pela própria “vítima” e a opressão exercida para com tal, em sua maioria, não possui uma validação ou justificativa plausível para a forma desigual com que grupos específicos são submetidos. Às vezes, as pessoas que sofrem ou sofreram com os efeitos do racismo institucional, podem se sentir incomodadas ou não voltarem para determinados locais, pois essa forma de agir desigualmente com determinado grupo está intimamente impregnada nas regulamentações da instituição, levando a pessoa a crer (mesmo de forma inconsciente), que aquele lugar não seja para ela e, conseqüentemente, não queira voltar (CREPOP, 2013 *apud* ESPINHA, 2017, acesso em 03 de abr. 2021).

Espinha (2017, acesso em 03 de abr. 2021) afirma que, para justificar as exclusões que a população negra vivencia a classe dominante composta por membros inteiramente brancos justificam tal desigualdade com o discurso da meritocracia, que atribui o sucesso individual apenas ao “esforço” exercido de cada integrante da sociedade, incluindo a população negra. Esse discurso é perceptível à intuição de desconsiderar as desigualdades raciais e sociais existentes no país, praticando mais uma vez o ato de excluir a população negra

e dificultar sua mudança econômica, assim como sua inclusão social e educacional em instituições de ensino superior.

## PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Psicologia atua em vastos campos, há profissionais que fazem pesquisas sobre variados temas, e que também, realizam intervenções nas áreas da saúde, educação, jurídica, organizacional, social, esporte, trânsito, dentre outras. Mas, há questões que regem a atuação dos psicólogos como o aparato metodológico utilizado como ferramenta de trabalho, pautas raciais a serem debatidas sobre como o impacto dessa intervenção poderia afetar e contribuir para amenizar o sofrimento psíquico causado pelo racismo. Em quais contextos a psicologia consegue alcançar e realizar sua intervenção? O coletivo é beneficiado ou apenas restringe-se ao ambiente clínico? A psicologia dispõe de ferramentas suficientes para solucionar problemas advindos da demanda? São debates como esses, que contribuem para construir uma psicologia cada vez mais ética e para seu crescimento enquanto ciência e profissão (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017, acesso em 04 de abr. 2021).

Para fazer esse levantamento sobre as diversas atuações possíveis da psicologia, é interessante ressaltar sua intrínseca relação com as políticas públicas. De acordo com Jesus, Santana e Castelar (2020, acesso em 23 de mar. 2021), a definição de políticas públicas é complexa devido a seus variados ramos no meio científico. Ademais, é importante conhecer suas vertentes e seus desdobramentos sobre os enlaces políticos.

O conhecimento sobre o assunto e sua perpetuação se deu na Europa como parte da ciência política, enquanto que nos EUA, as políticas públicas surgiram através de análises de ações governamentais oriunda de um período pós-guerra fria (SOUZA, 2006 *apud* JESUS; SANTANA; CASTELAR, 2020, acesso em 23 de mar. 2021). Tavares, Oliveira e Lages (2013, acesso em 23 de mar. 2021) comentam que a adoção de políticas públicas com o intuito de dar suporte à manutenção da saúde da população negra teve início através de grupos de trabalho “interministerial” na década de 90. No entanto, foram somente depois da 3ª conferência mundial de combate a práticas contra as minorias

como, racismo, xenofobia, intolerância e discriminação, que se efetivaram no país.

Artes, Unbehaum e Silvério, (2016 *apud* SILVA, 2017, p. 114, acesso em 30 de mar. 2021) afirmam que “o Estado vem implementando políticas públicas, com vistas à superação das desigualdades étnico-raciais no país.” Através de ações afirmativas o estado vem atuando de forma ativa em prol da inclusão social, no entanto, é de extrema importância averiguar sobre a real intenção de determinadas instituições em relação à prática dessas ações afirmativas, pois, facilmente podem ser confundidas pela gestão da diversidade que possui um viés meritocrático e capitalista. Com isso, distingue-se se são realmente intervenções inclusivas ou apenas camuflam a exclusão já pré-estabelecida. “Contudo, dado os fatores históricos e os constrangimentos raciais que ainda hoje operam no país, as políticas universais têm se revelado insuficientes face ao objetivo de enfrentar a discriminação e desigualdade racial.” (GOMES, 2000, GUIMARÃES, 2005 *apud* JACCOUD; OSÓRIO; SOARES, 2008, p.137, acesso em 20 de set. 2021).

O conceito de ação afirmativa *versus* gestão da diversidade é bem utilizado em ramos organizacionais, essa nomenclatura sobre como se deve seguir uma norma em dado núcleo empresarial determina as contratações realizadas por profissionais da área em que os próprios psicólogos estão inseridos. Dessa forma, entende-se que a mão de obra vem se diversificando ao longo dos anos (o período escravocrata como exemplo), portanto, foi de suma importância a implementação de políticas públicas no ramo organizacional de ação afirmativa para inclusão de pessoas que comumente seriam excluídas por não atenderem às exigências estabelecidas, essas que acabam por não levar em consideração fatores de âmbito social (ALVES; SILVA, 2004, acesso em 23 de set. 2021).

A ação afirmativa juntamente com a intervenção política do estado tem o objetivo de superar um passado de discriminação, propondo tratamento igualitário em instituições na sociedade. Ademais, a gestão da diversidade ou administração da diversidade atém-se mais a ideologia da meritocracia, ou seja,

seu intuito é gerar lucro para a organização com o desempenho individual ou grupal desconsiderando os fenômenos sociais (ALVES; SILVA, 2004, acesso em 23 de set. 2021).

Desse modo, é possível atrelar essa lógica ao processo de seleção em que pessoas negras não ocupavam vagas de emprego geralmente preenchidas por grupos da elite. Como exemplo, mulheres na sociedade brasileira para vaga de modelo na época em que o debate sobre diversidade, desigualdade e racismo não eram debatidas e colocadas em pauta com frequência – algo que, com o avançar da globalização se intensificou (ALVES; SILVA, 2004, acesso em 23 de set. 2021).

Para o mercado capitalista, é mais custoso recrutar pessoas pertencentes às minorias, o que se contrapõe às ideias de políticas de ações afirmativas, pois ela tem seu enfoque voltado na forma igualitária de tratamento e recrutamento, não gera concorrência significativa para ocupação de vagas e acaba por não contribuir com o capital através da alienação trabalhista. Nesse ponto, os psicólogos organizacionais precisam ponderar o que é melhor para as instituições e para a própria pessoa que está concorrendo a uma vaga, utilizando eticamente seu trabalho em benefício da promoção de saúde mental (ALVES; SILVA, 2004, acesso em 23 de set. 2021).

O Conselho Regional de Psicologia do Paraná (2016, acesso em 31 de mar. 2021) monta uma dialética sobre a importância de se entender o racismo para a psicologia. Sendo ele uma construção social e ideológica e não biológica, interfere no modo de como os profissionais de psicologia intervêm no íntimo sofrimento psíquico de cada vítima de discriminação racial. O Conselho ainda sustenta que a contribuição da psicologia enquanto ciência social no combate ao racismo e à desigualdade racial devem se fundamentar em argumentos explicativos e fenomenológicos consistentes sobre apatia social, laços e desenvolvimentos psicossociais afetados pelas vítimas de racismo.

A psicologia, também conhecida como ciência da alma (o que a torna parte das ciências humanas), fornece uma escuta terapêutica, acolhedora e empática, isso com o intuito de orientar o paciente/cliente a fazer a travessia do

trauma para a superação e orientá-lo a alcançar seu potencial e autonomia, tornando-se um ser mais proeminente das adversidades sobre a própria raça.

O Conselho Regional de Psicologia do Paraná (2016, p. 35-36, acesso em 31 de mar. 2021) assevera que:

Devemos estar atentos nessas nuances dos sintomas psicossociais do racismo e em qual momento ser abordado ao paciente, de forma que o cuidado seja integral: reconhecendo a experiência dolorosa em um espaço acolhedor, podendo ser coletivo ou individual e com tempo suficiente para um feedback profissional e humanizante.

Desse modo, é possível obter-se a compreensão de que as desigualdades raciais tratam-se de produtos complexos derivados de longos períodos de iniquidades e hierarquias sociais, portanto, não se deve restringir às intervenções em núcleos específicos de atuação ou mesmo limitá-las à instituições de ação pública. O reconhecimento da desigualdade racial leva ao entendimento da necessidade de ser combatida, essa ação pode ser garantida pelas políticas públicas implementadas em programas de cunho social, juntamente com profissionais de áreas relacionadas de forma integrada. Portanto, entende-se que se trata de uma questão que perpassa pelos mais variados espaços de vida social. Os psicólogos como profissionais da área das ciências sociais, estão inseridos no ramo de discussões sobre as formas variadas e adequadas de implementação de tais políticas (GOMES, 2000, GUIMARÃES, 2005 *apud* JACCOUD; OSÓRIO; SOARES, 2008, acesso em 20 de set. 2021).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No presente artigo, foi possível observar as nuances entre racismo, desigualdade racial, políticas públicas aliadas à psicologia e suas relações com o cotidiano das pessoas. Desse modo, percebeu-se em como a questão racial esteve presente e contribuiu para a construção histórica do saber psicológico brasileiro. É notório em como o racismo ainda encontra-se intrínseco no modo como as pessoas se relacionam, devido ao longo período de escravidão, o processo de desenvolvimento da população negra obteve avanço retardado comparado ao da população branca. Nesse sentido, consequências negativas

foram deixadas para tais indivíduos constituintes pelo grupo da mesma raça (negra), estando na base da hierarquia.

Com o avançar dos anos desde que se aboliu a escravatura, negros, pardos, indígenas e pessoas consideradas “escória” da sociedade, foram perdendo tal reputação e ganhando seu espaço, mesmo que a passos lentos. Todavia, são poucas mudanças observadas na situação da população negra no país. A desigualdade racial é perceptível sejam em organizações, nas mídias, universidades, escolas, hospitais, etc..., pois tais indivíduos são encontrados majoritariamente em cargos tidos como inferiores e desvalorizados. A pessoa negra que alcançam objetivos mais elevados e uma estabilidade financeira em dado momento, conseqüentemente, é associado a um discurso meritocrático, o que contribui com a alienação das pessoas e instigando ainda mais para que a população negra permaneça em um estado de inércia devido à falta de suportes.

Tendo em vista a literatura consultada, foi possível observar a escassez de conteúdos que relacionem o trabalho do psicólogo através de políticas públicas fora do ambiente clínico, é de conhecimento de determinados profissionais da área da saúde que o termo saúde mental não se limita apenas ao indivíduo, mas um público como todo. As políticas públicas são importantes ferramentas no combate à desigualdade racial. No Brasil, onde a mestiçagem abrange sua população em totalidade, a diversidade deveria ser empoderada e compartilhada em contribuição no enaltecimento da população negra e demais nomenclaturas.

A psicologia como uma área extremamente nova no Brasil, possui um grande trabalho pela frente com questões sociais e de saúde pública. Constata-se que o desafio na atualidade, é formar novas gerações, que se preocupem e se dediquem tanto no trabalho quanto nos estudos, com a sociedade fora dos muros acadêmicos. Para a progressão da psicologia e sua cooperação com as políticas públicas, é imprescindível formações qualificadas e solidificadas no conhecimento sobre relações humanas e seus impactos na saúde mental da população para gerar mais humanização e menos discriminação.

## **REFERÊNCIAS**



ALVES, Mario Aquino; SILVA, Luis Guilherme Galeão. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo v.44, n.3, 2004. Disponível em: <https://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-44-num-3-ano-2004-nid-45993/>. Acesso em: 23 set. 2021

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais**: referências técnicas para atuação de psicólogas/os. CFP, Brasília, 2017. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf). Acesso em: 04 abr. 2021

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. **Caderno de psicologia e relações étnico-raciais**: diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo. Curitiba, 2016. Disponível em: [https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/AF\\_CRP\\_CadernoEtnico\\_Social\\_pdf.pdf](https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/AF_CRP_CadernoEtnico_Social_pdf.pdf). Acesso em: 31 mar. 2021.

E SILVA et al. **Racismo no contexto contemporâneo**: contribuições da psicologia social para a problematização do preconceito. 2020. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/download/607/604>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ESPINHA, Tatiana Gomez. **A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos político – pedagógicos**: silêncio e ocultação. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Educacional) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Campinas-SP, 2017. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/331586/1/Espinha\\_TatianaGomez\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/331586/1/Espinha_TatianaGomez_D.pdf). Acesso em: 03 abr. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf). Acesso em: 22 maio 2021.

JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. 1. ed. Ipea, 2008. p. 1 – 180. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro\\_desigualdadesraciais.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf). Acesso em: 20 set. 2021.

JESUS, Kaike Costa Oliveira De; SANTANA, Hellen Maciel; CASTELAR, Marilda. Psicologia e racismo institucional na saúde pública de Salvador – Bahia. **Fractal: Revista de Psicologia**, Salvador – BA, v. 32, n.2, p. 142-153, maio/ago. 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922020000200142&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922020000200142&script=sci_arttext). Acesso em: 23 mar. 2021.

MATA, Valdisia Pereira da; SANTOS, Djean Ribeiro dos. O papel do psicólogo numa política pública de combate a práticas racistas. **Revista**

**Brasileira de Psicologia**, Salvador - BA, v. 02 (n. esp.), p.38-51. 2015. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://portalseer.ufba.br/index.php/revbraspsicol/issue/download/Edi%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Especial/505&ved=2ahUKEwj1vNW\\_3sbvAhUdGbkGHWw5CmAQFjAAegQIBBAC&usg=AOvVaw3wdYYZ7Nki7SaLJHIGZWid](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://portalseer.ufba.br/index.php/revbraspsicol/issue/download/Edi%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Especial/505&ved=2ahUKEwj1vNW_3sbvAhUdGbkGHWw5CmAQFjAAegQIBBAC&usg=AOvVaw3wdYYZ7Nki7SaLJHIGZWid). Acesso em: 23 mar. 2021

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Diálogos Acadêmicos**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 72-87, jan./jul. 2015. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf). Acesso em: 24 set. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Scielo, Brasília-DF, v.37 (n. esp.), p.172-185, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932017000500172&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932017000500172&script=sci_arttext). Acesso em: 23 abr. 2021.

SILVA, Larissa Maria do Nascimento da. **Desigualdade racial no Brasil: a reiteração do racismo estrutural na sociedade brasileira**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17723/1/TCC%20LARISSA%20MARIA%20DO%20NASCIMENTO%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Aportes da psicologia social: desigualdades sociais no contexto da educação brasileira. **INTERACÇÕES**, Santarém-Portugal, v. 13, n. 45, p. 102-118, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/6555>. Acesso em: 30 mar. 2021.

TAVARES, Natália Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Vianna; LAGES, Sônia Regina Corrêa. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.37, n.99, p.580-587, out-dez, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042013000400005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000400005). Acesso em: 23 de mar. 2021.